

Em vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, às 17h e através da Plataforma Teams da Microsoft, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram de forma extraordinária para debater o Plano de Metas da Cidade de São Paulo. Não havendo a necessidade da contagem de quórum em reuniões extraordinárias, a reunião foi instaurada. **Camila** iniciou a discussão solicitando à gestão que esclarecesse a proposta para mulheres apresentada no Plano de Metas, e indicando que este gerou descontentamento entre os membros do Conselho. **Ana Cristina** reiterou que o Plano de Metas é debatido e apresentado em audiências públicas, que já haviam ocorrido. **Ana Cristina** afirmou, também, que os descontentamentos, opiniões e dúvidas sobre o Plano de Metas poderiam ser livremente expressados, e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas. **Cláudia** reforçou a importância da reunião seguir a pauta única previamente proposta, e indicou a legitimidade das Conselheiras em cobrar maiores explicações sobre o Plano com o próprio Governo. **Adriana Magalhães** observou a necessidade de se fazer a leitura do Plano de Metas durante a reunião, para garantir que todas as Conselheiras presentes estariam cientes do motivo da reunião extraordinária, e se dispôs em efetuar a leitura. Após a leitura, **Adriana Magalhães** reiterou que a reunião foi convocada para ouvir a NUDEM, a Rede de Enfrentamento e a Gestão. Não havendo representantes da NUDEM presentes na reunião, a palavra foi passada à Kelly, da Rede de Enfrentamento da Zona Leste. **Kelly** indicou que a Rede acompanhou as audiências do Plano de Metas, e que houve um espanto ao verificar a transferência de serviços indicada neste. Denunciou, ainda, que houve uma certa pressão nas audiências públicas, inclusive nas audiências focadas no Orçamento, além de questionamentos acerca da forma como estas transferências ocorreriam, considerando orçamento e estrutura. Indicou, ainda, que a proposta de transferência não é nova, data de 2019, e que a SMDHC realizou conversas com o NUDEM e com o Ministério Público para debater o tema, mas não com a Rede de Enfrentamento a Violência. Expôs, ainda, que este movimento de transferências não era uma demanda das trabalhadoras que atuam na ponta, isto é, nos serviços a serem transferidos; e que nem mesmo era de conhecimento destas, denunciando que não houveram consultas à estas

mulheres para a construção das estratégias desta transferência. Indicou que questionou em audiência pública como se dariam as transferências no tocante orçamentário, considerando riscos de fragilizar ainda mais os CDCMs, CCMs e CRMs, cujos recursos financeiros já são incipientes e denunciou a terceirização destes serviços, passando da administração direta para a administração indireta. **Kelly** observou, ainda, que a justificativa das transferências, segundo o Plano de Metas, é ampliar os atendimentos às mulheres em situação de vulnerabilidade, mas não há quaisquer indicativos da viabilização desta ampliação, seja do aumento do contingente de Recursos Humanos ou do Orçamento. **Erika**, que faz parte da Comissão das Redes, frisou a transferência dos 15 equipamentos de atendimento atualmente sob os domínios da SMADS para, então, os domínios da SMDHC, cujo orçamento é inferior ao da primeira secretaria supracitada, ponderando que haverá um sucateamento e uma redução da capacidade de atendimento destes equipamentos, diferentemente da meta indicada no Plano de Metas. **Adriana Pereira** explicitou seu descontentamento em relação à transferência de equipamentos da administração direta para a indireta, bem como à falta de práticas democráticas na tomada dessa decisão, na qual as trabalhadoras que mais seriam afetadas, isto é, as que atuam na ponta, nos equipamentos; sequer foram consultadas. Apontou ainda que tal ação resulta na violação de direitos das mulheres. **Adriana** observou também que o atendimento nos equipamentos durante a pandemia mostrou-se prejudicado, e teme que a transferência impulse ainda mais este problema. **Adriana Magalhães** lembrou que quando existia uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, os fluxos e relações com o Executivo municipal eram mais fortalecidos e impulsionavam a elaboração, implementação e efetividade das políticas públicas para as mulheres, em detrimento da situação atual, na qual há uma Coordenação de Políticas para as Mulheres inserida na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e sugeriu que o Conselho solicitasse uma reunião com a secretária da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Cláudia Carletto, na tentativa de garantir de forma mais estratégica e articulada que os direitos das mulheres sejam assegurados e que estas não fiquem desassistidas frente aos equipamentos. Adriana questionou,

ainda, qual a avaliação da gestão e quais são os centros de atendimento que serão transferidos da SMDHC para SMADS. Expressou também a necessidade de uma reunião entre o Conselho, a secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, e a Secretária da SMADS, Berenice Giannella. **Camila** fez um resgate ao debate que Erika e Kelly suscitaram, e lembrou que a questão das alterações no Plano de Metas não foi acordada com as redes de enfrentamento. Relatou que em 2019, durante a transição política municipal, foi anunciado por Bruno Covas em uma convenção do PSDB, que a cidade estaria se modernizando valendo-se de terceirização, e que serviços advindos de uma mesma política e inseridos no mesmo território deveriam ser conglomerados, citando os CDCMs, da SMADS, e os CRMs e CCMS de SMDHC. **Camila** observou que a gestão não contemplava - e ainda não contempla - as especificidades de cada centro de atendimento, indicando como um equívoco a ação de propor a junção destes. Camila indicou que na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Paulo em 2019, por requerimento da vereadora Juliana Cardoso houve a presença maciça de técnicas, movimentos sociais e mesmo de usuárias dos serviços, todavia sem a presença de representantes da SMADS E SMDHC (Secretária de SMDHC, Berenice Giannella, - que, à época, era também Secretária da SMADS, concomitantemente) - para dar maiores explicações sobre a junção proposta pela gestão. **Camila** considerou que há, inegavelmente, uma fragmentação nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, citando os equipamentos sob domínio da SMDHC e SMADS, mas reforçou que a junção, segundo a Conselheira, só faria sentido caso houvesse uma Secretaria de Mulheres, com estratégias sólidas e visibilizadas acerca de orçamento, gestão, e demais âmbitos implícitos na junção. Retomou, ainda, a questão apresentada previamente por Adriana Oliveira no tocante à exclusão da Secretaria de Políticas para as Mulheres e substituição desproporcional pela Coordenação de Políticas para as Mulheres, que diferentemente da Secretaria, não possui orçamento e recursos humanos próprios, o que compromete, efetivamente, sua capacidade no que concerne às políticas para as mulheres. **Camila** informou que em reunião da Bancada Feminina com representantes de SMDHC E SMADS, a vereadora Juliana Cardoso questionou quando as Redes seriam ouvidas, o que

não aconteceu até então. **Maria Lucia**, atuante da Zona Sul, no Jabaquara, contestou que há 8 anos há demandas pela criação de um Centro de Referência na região, e que ainda não foi efetuada. Informou que no Plano de Metas do Jabaquara consta a criação do CRM e de uma casa abrigo para mulheres em situação de rua, e solicitou apoio da SMDHC e do Conselho para a efetivação destas. Pautou, ainda, a importância da ampliação de programas de distribuição de alimentos, como o Cidade Solidária, expandindo-se para as periferias da cidade. **Marcia Viotto** pontuou que a discussão do Plano de Metas deve ser levada às subprefeituras, seja concernente à criação de CRMs, abrigos e afins. Sugeriu que o Conselho convide as secretárias da SMDHC e da SMADS, para fazer uma prestação de contas em relação às transferências dos equipamentos públicos de atendimento à mulher. **Cláudia** sugeriu convidar representantes da SMDHC, preferencialmente com a presença da Secretária Cláudia Carletto para dirimir as dúvidas acerca das transferências dos equipamentos, como os objetivos, os resultados esperados, as questões orçamentárias, os recursos humanos, quais foram os indicadores usados para a tomada desta decisão, e para elucidar se estes centros de atendimento não sofrerão algum desmonte com esta mudança. Pontuou, ainda, que registrou para a vereadora Juliana Cardoso, na semana anterior, a necessidade de uma interlocução entre o Conselho e as vereadoras, para que as pautas levadas à Câmara tivessem participação no debate do Conselho, e para que os encaminhamentos do Conselho refletissem, também, nas pautas da Câmara; da mesma forma que, orientando-se por um debate ocorrido entre o Conselho sobre a Lei do Auxílio Aluguel, a vereadora Juliana Cardoso pautou a alteração da legislação. Cláudia lembrou que o Conselho não é pertencente aos âmbitos Executivo ou Legislativo, mas que formula e debate questões relevantes, e através de encaminhamentos e interlocuções, busca suas resoluções. Valorizou, ainda, as atividades do Conselho e das Conselheiras, e que apesar das adversidades conjunturais, o Conselho está à disposição das mulheres da cidade de São Paulo para levar suas lutas e demandas à frente. **Melissa** reforçou a importância da solicitação dos dados de SMDHC e SMADS que nortearam a decisão da transferência de equipamentos de uma secretaria para a outra. Lembrou que o Conselho, apesar de não deliberativo, é

um órgão fiscalizador, e é, portanto, responsabilidade deste fiscalizar as ações governamentais adotadas no que concerne ao bem-estar das mulheres. Reforçou a importância de uma reunião com a secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, e a secretária da SMADS, Berenice Giannella e, caso tal reunião não seja viável, que as secretárias encaminhem, ao menos, o compilado de dados e informações que nortearam a decisão da transferência. **Fátima** lembrou que na gestão anterior do Conselho já se haviam debates calorosos acerca da transferência dos equipamentos, e manifestou seu descontentamento com a decisão da gestão municipal. **Ana Cristina** constatou que esta discussão é antiga e muito provavelmente não se findará com a presente reunião, e que haveriam outros encontros e outros desdobramentos. Lembrou que este debate se iniciou entre 2013 e 2015, quando a então Secretaria de Políticas para Mulheres convocou as redes e a SMADS para discutir sobre as transferências de equipamentos, e também houveram questionamentos. Houve, ainda, uma reunião com a Bancada Feminina, a equipe do NUDEM e a equipe do GEVID, do Ministério Público, para debater o tema. **Ana Cristina** se comprometeu em convidar as secretárias de SMDHC e SMADS para uma reunião, fazendo o resgate de todo este debate, com o Ministério Público e a Defensoria, e também das notas técnicas que estes possam ter preparado com relação a este tema. Assegurou que esta pauta seria discutida entre a Mesa Diretora do Conselho, para que as secretárias fossem convidadas e, a partir disto, outros encontros entre o Conselho seriam realizados, mesmo que de maneira extraordinária. **Cláudia** elucidou os encaminhamentos: **1.** A mesa diretora solicitará uma reunião com as secretárias de SMDHC e SMADS; **2.** O Conselho elaborará um documento, quiçá uma carta ou nota, que expresse o descontentamento do Conselho e da sociedade civil com a transferência dos equipamentos, bem como explore de forma organizada e articulada as agruras implícitas nestas transferências e como estas afetam o bem-estar das mulheres que estão na ponta: tanto as usuárias dos serviços, quanto as trabalhadoras dos equipamentos; **3.** Solicitar à comissão de redes que indique a situação de cada equipamento (número de servidoras e disponibilidade de recursos para a realização do trabalho, por exemplo). **4.** O Conselho convocará outra reunião extraordinária para debater o

tema novamente. Por unanimidade, o Conselho aprovou os encaminhamentos propostos pela Presidente. **Camila** solicitou um momento de fala para repassar os informes da Câmara de Vereadores. Pontuou o acontecimento da primeira audiência pública do PL 813/19, que institui no calendário da cidade de São Paulo a semana "Escolhi Esperar". O nome do projeto alude à prática cristã de abstinência sexual, e foi elaborado no contexto do enfrentamento da gravidez na adolescência. Indicou que nesta audiência, um vereador proferiu que apresentará um substitutivo que emanou de sugestão da própria gestão, para a criação de um programa no âmbito da secretaria municipal de saúde **Camila** informou a existência de outros programas que visam a educação sexual e o combate à gravidez precoce, e manifestou sua preocupação desta nova proposta de caráter altamente moralista. Informou, ainda, que uma maternidade da Beneficência Portuguesa, na Penha, será fechada em razão do cancelamento do convênio com a organização social. Observou que esta unidade realiza mais de 5 mil partos por ano, e agora serão distribuídos entre outras unidades da cidade. Relembrou que algumas maternidades já foram fechadas na cidade recentemente, algumas de forma temporária para reconfigurarem-se em hospitais de campanha de enfrentamento à covid-19, e outras fechadas de forma permanente. **Camila** alertou, ainda, que 8 em cada 10 mulheres gestantes ou puérperas que morrem no mundo, estão no Brasil; e, por isso, a urgência de se debater este tema. **Cláudia** sinalizou que buscará maiores informações, seja com a Câmara ou com as Conselheiras da Secretaria Municipal da Saúde. **Heloísa** lembrou que a próxima reunião ordinária seria no dia 31 de maio. **Cláudia** agradeceu a presença de todas e encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

1. A Mesa Diretora solicitará uma reunião com as Secretárias de SMDHC e SMADS.
2. O Conselho elaborará um documento expressando seu descontentamento com a transferência dos equipamentos, bem como seus questionamentos sobre a forma como isso acontecerá;
3. Solicitar à Comissão de Redes que indique a situação de cada equipamento (número de servidoras, disponibilidade de recursos para a realização do trabalho e

afins)

4. Convocar outra reunião extraordinária para debater o tema

5. Maria Lucia indicou que no Plano de Metas do Jabaquara, foi incluída a criação de um CRM e uma Casa Abrigo, e que precisaria de ajuda da SMDHC para a efetivação. Precisa dar uma devolutiva até dia 31.